

RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

1. CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE E EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

Por escritura, a dezasseis de janeiro de dois mil e três, foi constituída a sociedade comercial “Empreendimento Eólico de Viade, Lda.”, com o objeto de promoção e desenvolvimento de projetos de implantação, gestão e exploração de unidades de produção de energias renováveis e atividades conexas, com o capital social de cinco mil euros.

Durante o exercício de 2007, a Finerge – Gestão de Projectos Energéticos, S.A., alienou 20% do capital da sociedade aos Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A.

Em 2013, em cumprimento de alteração legislativa, foi efetuada uma cessão gratuita da quota dos Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A., aos Municípios de Boticas, de Chaves, de Montalegre, de Ribeira de Pena, de Valpaços e de Vila Pouca de Aguiar, em regime de contitularidade, correspondendo a cada um deles um sexto indiviso dos 20% do capital da sociedade. A estrutura acionista passou a estar representada da seguinte forma:

Finerge – Gestão de Projectos Energéticos, S.A.	80%
Município de Boticas	3,33%
Município de Chaves	3,33%
Município de Montalegre	3,33%
Município de Ribeira de Pena	3,33%
Município de Valpaços	3,33%
Município de Vila Pouca de Aguiar	3,33%

A sociedade explora a central eólica da Aguieira, situada no Concelho de Montalegre, constituída por um aerogerador da marca Enercon modelo E-40, com uma potência unitária de 600 kW, iniciou a atividade em outubro de 2003, tendo permanecido em fase de testes e ensaios durante esse mês.

Em 2016 a central teve uma produção de 1.267 MWh, o correspondente a 2.112 horas de funcionamento e a uma faturação de 137.736 euros (aumento de 2% face ao ano anterior). O resultado operacional ascendeu a 63.505 euros e o resultado líquido apurado foi de 49.219 euros.

Na sequência da aprovação da candidatura à Medida 2.5 do POE obtida em setembro de 2003, a sociedade encontra-se a reconhecer o subsídio não reembolsável de 264.000 Euros ao longo dos 20 anos do projeto.

2. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL

Não se prevê qualquer alteração à atividade da sociedade.

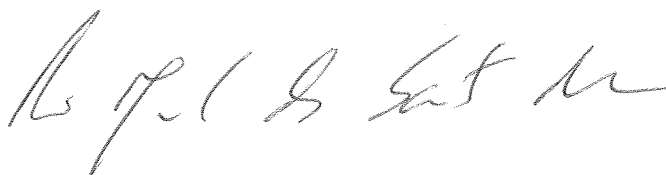
3. APLICAÇÃO DO RESULTADO

O resultado líquido apurado foi de 49.219,45 Euros (quarenta e nove mil, duzentos e dezanove euros e quarenta e cinco centimos), o qual propomos que seja distribuído da seguinte forma:

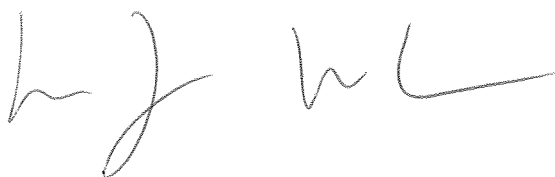
- Resultados Transitados: 49.219,45 Euros

Porto, 3 de março de 2017

A Gerência,



António Manuel de P. Costa



EMPREENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Balanço em 31 de dezembro de 2016

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	272 331	311 877
Ativos intangíveis	6	68 034	74 575
Ativos por impostos diferidos	7	3 802	3 346
Total do ativo não corrente		344 167	389 798
ATIVO CORRENTE:			
Estado e outros entes públicos	14	-	3 240
Outros créditos a receber	8	9 140	13 181
Diferimentos	9	2 433	853
Caixa e depósitos bancários	4 e 8	79 365	108 491
Total do ativo corrente		90 937	125 765
Total do ativo		435 104	515 563
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	10	5 000	5 000
Outros instrumentos de capital próprio	10	150 000	150 000
Reservas legais	10	2 500	2 500
Resultados transitados	10	73 764	132 008
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	10 e 22	72 969	83 507
		304 233	373 015
Resultado líquido do exercício		49 219	49 756
Total do capital próprio		353 453	422 771
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	11	24 723	23 999
Outras dívidas a pagar	13	21 185	24 244
Total do passivo não corrente		45 908	48 243
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	12 e 21	19 077	20 101
Estado e outros entes públicos	14	2 384	5 314
Outras dívidas a pagar	13 e 21	14 282	19 134
Total do passivo corrente		35 743	44 549
Total do passivo		81 651	92 792
Total do capital próprio e do passivo		435 104	515 563

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2016

Contabilista Certificado



Sérgio Abreu n.º 64.683

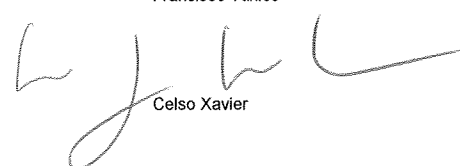
A Gerência



Rui Neves



Francisco Tunico



Celso Xavier

EMPREENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Demonstração dos Resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015
Vendas e serviços prestados	15	137 736	134 801
Fornecimentos e serviços externos	16 e 21	(33 821)	(34 450)
Provisões (aumentos / reduções)	11	(724)	(137)
Outros rendimentos	18	13 924	13 677
Outros gastos	19	(7 524)	(3 556)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		109 592	110 335
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5,6 e 17	(46 086)	(45 818)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		63 505	64 517
Juros e gastos similares suportados	20	(460)	(337)
Resultado antes de impostos		63 045	64 180
Imposto sobre o rendimento do período	7	(13 826)	(14 424)
Resultado líquido do período		49 219	49 756

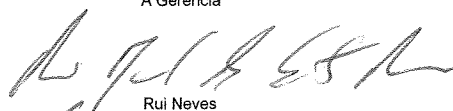
O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício em 31 de dezembro de 2016

Contabilista Certificado



Sérgio Abreu n.º 64.683

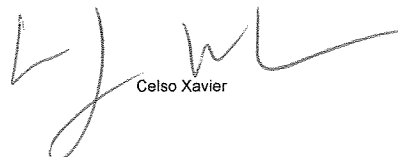
A Gerência



Rui Neves



Francisco Tunico



Celso Xavier

EMPREENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Demonstração das Alterações no Capital Próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015
(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2015	10	5.000	150.000	2.500	64.368	84.044	67.643	333.552
Alterações no período:								
Aplicação do resultado de 2014		-	-	-	67.643	-	(67.643)	-
Alterações em outras variações no capital próprio:						(10.537)	-	(10.537)
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período		-	-	-	-	(10.537)	-	(10.537)
Resultado líquido do exercício					67.643	(10.537)	67.643	49.756
Resultado integral							49.756	49.756
Operações com detentores de capital no período							49.756	39.219
Distribuições							-	-
Posição no fim do período 2015	10	5.000	150.000	2.500	132.008	83.507	49.756	422.771

Demonstração das Alterações no Capital Próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2016	10	5.000	150.000	2.500	132.008	83.507	49.756	422.771
Alterações no período:								
Aplicação do resultado de 2015 (a)		-	-	-	49.756	-	(49.756)	-
Alterações em outras variações no capital próprio:						(10.537)	-	(10.537)
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período		-	-	-	-	(10.537)	-	(10.537)
Resultado líquido do exercício					49.756	(10.537)	(49.756)	(10.537)
Resultado integral							49.219	49.219
Operações com detentores de capital no período							49.219	38.692
Distribuições							-	-
Posição no fim do período 2016	10	5.000	150.000	2.500	181.764	72.969	49.219	353.453

(a) Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 14 de março de 2016, foi deliberado que o resultado líquido referente ao período de 2015 fosse aplicado em resultados transitados.

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Contabilista Certificado

Sérgio Abreu N.º 64.683

A Gerência

Rui Neves

Francisco Tunico

Celso Xavier

EMPREENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		174 387	169 028
Pagamentos a fornecedores		(49 918)	(40 920)
Caixa gerada pelas operações		124 469	128 108
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(14 421)	193
Outros recebimentos / pagamentos		(31 983)	(26 846)
Fluxos das atividades operacionais [1]		78 065	101 455
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	(919)
Ativos intangíveis		(3 620)	(3 640)
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos das atividades de investimento [2]		(3 620)	(4 559)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(108)	(82)
Dividendos		(103 464)	(14 560)
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos das actividades de financiamento [3]		(103 572)	(14 642)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(29 127)	82 254
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	108 491	26 238
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	79 365	108 491
Anexo à demonstração dos fluxos de caixa			
Numerário		2016	2015
Depósitos à ordem		79 365	108 491
Outros depósitos bancários		-	-
		79 365	108 491

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Contabilista Certificado



Sérgio Abreu n.º 64.683

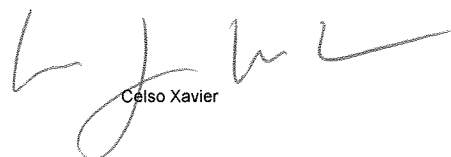
A Gerência



Rui Neves



Francisco Tunico



Celso Xavier

EMPREENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

(Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Empreendimentos Eólicos de Viade, Lda. é uma sociedade por quotas, com sede no Porto, constituída em 16 de Janeiro de 2003, com o objeto social de promoção e desenvolvimento de projetos de implantação, gestão e exploração de unidades de produção de energias renováveis e atividades conexas.

A Empresa é uma subsidiária da Finerge – Gestão de Projectos Energéticos, S.A., detentora de uma quota de 80%, e dos Municípios de Boticas, de Chaves, de Montalegre, de Ribeira de Pena, de Valpaços e de Vila Pouca de Aguiar, os quais detêm respetivamente, um sexto indiviso de uma participação de 20%.

A Empresa explora o Parque Eólico da Agueira, localizado em Montalegre, com uma potência instalada de 600 kW.

A Gerência entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro 2016.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Órgão de Gestão da Empresa, no dia 3 de Março de 2017, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.



3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

3.2 Alterações de políticas contabilísticas

3.2.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2015 ocorreram as seguintes alterações às estimativas e políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa aos exercícios anteriores:

- Alteração da vida útil das centrais eólicas de 25 para 20 anos (ver Nota 3.3);
- Registo integral, como gasto do exercício, da totalidade das despesas incorridas com a manutenção dos aerogeradores (ver Nota 3.3).

3.2.2 Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram as seguintes alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

(i) NCRF 6 – Ativos Intangíveis

Amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida: um ativo intangível com uma vida útil indefinida é amortizado num período máximo de 10 anos.

3.3 Ativos fixos tangíveis e intangíveis

Com base nas conclusões de uma apreciação técnica sobre a vida útil dos aerogeradores, foi efetuada uma redução da vida útil de 25 para 20 anos, tendo esta alteração efeitos prospetivos a partir de 1 de Janeiro de 2015, e estando em consonância com a declaração de conformidade emitida pelo fornecedor ENERCON. Desta forma, a vida útil das centrais do grupo fica homogeneizada com os novos ativos incorporados pelo Grupo relativos à ENEOP.

Adicionalmente, em 2015 e como consequência de uma apreciação técnica do grupo sobre os serviços previstos nos contratos de “Global Service Maintenance Contracts” e devido ao facto da ENERCON, através das suas intervenções garantir exclusivamente a longevidade de 20 anos, passamos a registar integralmente, como gastos do exercício, a totalidade das despesas incorridas com a manutenção dos aerogeradores.

EMPRESAMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Atualmente, a empresa beneficia de um regime remuneratório que regula a venda de energia à rede pública e que se encontra previsto nos Decretos-Lei nº 189/88 (na redação aplicável antes da data de entrada em vigor do Decreto-Lei nº 33-A/2005) e nº 339-C/2001. Tal regime remuneratório é usualmente designado por tarifa garantida. Pelo Decreto-Lei nº 33-A/2005 (artigo 4º, nº 3, alínea c)) é definido o prazo de vigência dessa tarifa garantida por 15 anos a contar da data da respetiva licença de exploração. Nos termos do artigo 4º, nº 4 do citado diploma, no final do período de 15 anos, as instalações passariam a ser remuneradas pelo fornecimento de eletricidade entregue à rede a preços de mercado e pelas receitas obtidas pela venda de certificados verdes. No caso de não existirem certificados verdes transacionáveis no final do período de tarifa garantida, aplicar-se-ia, durante um período adicional de cinco anos, a tarifa referente às centrais renováveis com início de exploração nessa data.

O Decreto-Lei nº 35/2013, de 28 de Fevereiro, veio introduzir uma modificação no regime remuneratório após o período de tarifa garantida, através da possibilidade de opção por um de quatro regimes remuneratórios alternativos ao regime anteriormente indicado, para vigorar após o termo dos períodos iniciais de remuneração garantida atualmente em curso. Todavia, o acesso a estes regimes alternativos encontra-se condicionado pelo pagamento de uma compensação ao Sistema Elétrico Nacional (SEN), durante oito anos, ou seja, de 2013 até 2020. A Empresa exerceu a sua opção por um dos regimes remuneratórios alternativos que vigorará por um período de 5 anos.

De acordo com o normativo contabilístico em vigor, a empresa reconheceu um Ativo Intangível em Curso no montante do valor descontado do total de pagamentos a efetuar até 31 de dezembro de 2020. Este ativo permanecerá em curso até à entrada em vigor do regime remuneratório alternativo.

Os investimentos realizados na construção de ramais, postes de corte e subestações ou outras infraestruturas necessárias, caso aplicável, revertem gratuitamente para entidades externas à Empresa (como a Rede Elétrica Nacional ou o Estado). Após a sua entrega, a Empresa perde o controlo sobre tais investimentos, mas mantém o acesso aos mesmos, uma vez que estes são indispensáveis ao funcionamento da central. Esses dispêndios são contabilizados como ativos intangíveis, os quais se encontram a ser reconhecidos pelo período de 20 anos tal como o ativo tangível relativo às centrais eólicas.

3.3.1 Ativos fixos tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até ao fim da sua vida esperada e são as seguintes:

EMPRENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Classe de bens	Taxa depreciação 2016	Taxa depreciação 2015
Equipamento básico	5,76	5,70

As vidas úteis, o método de depreciação dos vários bens e o valor residual são revistas anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

O valor residual estimado dos ativos é nulo pois dado a especificidade do equipamento e a sua utilização, não existem expectativas de valorização comercial para além do projeto.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização".

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do ativo fixo tangível a que respeitem e são amortizados no período remanescente da vida útil desse ativo ou no seu período de vida útil, se inferior.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis em curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão, mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

3.3.2 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Taxa amortização 2016	Taxa amortização 2015
Outros ativos intangíveis	5,50	5,50

EMPRENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

As vidas úteis, o método de amortização dos vários ativos intangíveis e o valor residual, são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou menor sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização".

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

3.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;

EMPRENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

3.5 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado ou (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes

As contas a receber de clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de vendas e prestações de serviços descritos no ponto 3.7 sendo subsequentemente mensurados da seguinte forma:

- Clientes c/c – ao custo menos imparidade;
- Cliente títulos a receber – ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios descritos no ponto (iii).

EMPRENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

b) Outros créditos a receber

Os outros créditos a receber encontram-se valorizados da seguinte forma:

- Adiantamentos a fornecedores de investimento – ao custo menos imparidade;
- Devedores por acréscimos de rendimentos – ao custo menos imparidade;
- Outros devedores – ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios descritos no ponto (iii).

c) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida – ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixa” compreende, além de caixa e bancos, também:

- Os descobertos bancários incluídos na rubrica de financiamentos obtidos do balanço;
- Os saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos na rubrica “Ativos Não Correntes Detidos Para Venda”.

d) Fornecedores

Os saldos de fornecedores são reconhecidos inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

e) Outras dívidas a pagar

Os fornecedores de investimento estão mensurados ao custo.

As restantes dívidas a pagar não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensuradas ao custo.

f) Financiamentos obtidos

Os restantes financiamentos estão valorizados ao custo ou ao custo amortizado determinado com base na taxa de juro efetiva. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui encargos financeiros calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

EMPRENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

A Empresa não tem registado à data de 31 de dezembro de 2016 quaisquer ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

A evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, ofereceu ao devedor concessões que de outro modo não considerariam;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de riscos de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

EMPRENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.6 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito somente é reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido, e desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

3.8 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e



EMPRENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Impostos diferidos ativos – são reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis e créditos fiscais na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.
Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Gerência para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta a data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis e as estratégias de planeamento fiscal futuro;
- Impostos diferidos passivos – são reconhecidos impostos diferidos passivos para todas as diferenças temporárias tributáveis;
- Provisões – o reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade. Estes fatores muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo do Grupo pelo que poderão conduzir a ajustamentos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes;
- A vida útil das centrais eólicas está em linha com as indicações do tecnólogo e com as práticas atuais do sector.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Gerência considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

- **Provisão para desmantelamento e restauro**

As provisões para os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e para os custos de restauração do local onde estes estão localizados está dependente de pressupostos e estimativas que as tornam sensíveis a:

- Expectativa de custo a ser incorrido;
- Data previsível da ocorrência dos custos;
- Taxa de desconto utilizada no desconto das saídas de caixa esperadas.

3.9 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis

EMPRESAMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A Empresa encontra-se sujeita ao imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) a uma taxa de 21% acrescida no máximo de Derrama a 1,5%, de acordo com o Art.º 14º da Lei das Finanças Local.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Em 31 de dezembro de 2016 a Empresa encontra-se abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, previsto no artigo 69.º do código do IRC. Assim, o resultado fiscal da Empresa concorre para a matéria coletável da entidade dominante Finerge – Gestão de Projectos Energéticos, S.A.. A opção por este regime conduz a que o custo com o imposto sobre o rendimento seja reconhecido na esfera individual da Empresa e a conta a pagar ao Estado esteja refletida na sociedade dominante.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão (2012 a 2016 no caso de inspeções relativas a Segurança Social).

A Gerência da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2016 e em 2015.

Não existem situações que afetem de forma significativa os impostos futuros, nem existem dívidas ao Estado em situação de mora.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. A mensuração dos impostos diferidos é efetuada com base no disposto nos parágrafos § 46 a 56 da IAS e 12/§ 44 a 50 da NCRF 25, nomeadamente, que as taxas a utilizar devem ser as taxas que se espera que estejam em vigor quando o ativo for realizado/passivo for liquidado, isto é, na data em que os impostos terão que ser revertidos.

Os ativos por impostos diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

EMPRENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.10 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.11 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

Esta rubrica inclui provisões para os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e para os custos de restauro do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou em consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes.

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente é:

EMPRENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação e a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

3.12 Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e podem incluir:

- Juros suportados determinados com base no método da taxa de juro efetiva;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco da taxa de juro (SWAP).

Os custos financeiros de financiamento obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes custos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida com o final da produção ou da construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

Os custos financeiros capitalizados incluem:

- Custos com financiamentos especificamente contraídos para financiar os ativos em construção ou em desenvolvimento deduzidos de quaisquer proveitos financeiros relacionados gerados por financiamento obtidos antecipadamente;
- Custos com financiamento contratados para financiar diversas atividades, incluindo ativos em construção ou em desenvolvimento, os quais são calculados pela aplicação de uma taxa média do custo destes financiamentos ao valor acumulado dos investimentos que se encontram em construção (relativamente à componente para a qual não exista financiamento específico), deduzido dos subsídios ao investimento recebidos a fundo perdido.

3.13 Especialização de Exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.14 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("*non adjusting events*" ou

EMPRENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes incluem numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 detalha-se conforme se segue:

	2016	2015
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	79.365	108.491
Caixa e depósitos bancários no Balanço	79.365	108.491
Descobertos bancários		
Caixa e equivalentes de caixa na Dem. Fluxos de caixa	79.365	108.491

O montante de numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis no Balanço a 31 de dezembro de 2016 é igual ao montante de caixa e equivalentes de caixa na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Mais se informa que a Empresa considera os juros recebidos e suportados como "Fluxos de caixa das atividades de financiamento".

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo histórico, com exceção do valor estimado como gastos de desmantelamento dos equipamentos do parque eólico.

As depreciações do equipamento básico são calculadas pelo método das quotas constantes de acordo com a vida útil estimada: 20 anos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

EMPRENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

2016					
	Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Abates e Alienações	Saldo final
Ativos					
Equipamento básico	686 145	-	-	-	686 145
	686 145	-	-	-	686 145
	Saldo inicial	Amortizações e imparidades do exercício	Transferências	Abates e Alienações	Saldo final
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade					
Equipamento básico	374 269	39 545	-	-	413 814
	374 269	39 545	-	-	413 814
Ativos líquidos	311 877	-	-	-	272 331

2015					
	Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Abates e Alienações	Saldo final
Ativos					
Equipamento básico	683 824	1 575	747	-	686 145
Ativos fixos tangíveis em curso	747	-	(747)	-	-
	684 571	1 575	-	-	686 145
	Saldo inicial	Amortizações e imparidades do exercício	Transferências	Abates e Alienações	Saldo final
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade					
Equipamento básico	334 992	39 276	-	-	374 269
	334 992	39 276	-	-	374 269
Ativos líquidos	349 579	-	-	-	311 877

Relativamente aos gastos relacionados com o desmantelamento dos equipamentos dos parques eólicos, registados em equipamento básico, a Empresa reconheceu no exercício gastos de atualização financeira de 724 Euros (Nota 11) e depreciações de 1.304 Euros. Esta situação gera uma diferença temporária entre o resultado contabilístico e fiscal tendo sido registado imposto diferido ativo de 456 Euros (Nota 7).

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

EMPRENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

	2016				
	Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Abates e Alienações	Saldo final
Ativos					
Outros ativos intangíveis	118.996	-	-	-	118.996
Ativos intangíveis em curso	22.790	-	-	-	22.790
	141.787	-	-	-	141.787
	Saldo inicial	Amortizações e imparidades do exercício	Transferências	Abates e Alienações	Saldo final
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade					
Outros ativos intangíveis	67.212	6.541	-	-	73.753
	67.212	6.541	-	-	73.753
Ativos líquidos	74.575	-	-	-	68.034

	2015				
	Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Abates e Alienações	Saldo final
Ativos					
Outros ativos intangíveis	118.996	-	-	-	118.996
Ativos intangíveis em curso	22.790	-	-	-	22.790
	141.787	-	-	-	141.787
	Saldo inicial	Amortizações e imparidades do exercício	Transferências	Abates e Alienações	Saldo final
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade					
Outros ativos intangíveis	60.671	6.541	-	-	67.212
	60.671	6.541	-	-	67.212
Ativos líquidos	81.116	-	-	-	74.575

A empresa reconheceu como ativo intangível em curso o valor de Euros 22.790, correspondente ao valor descontado do total da compensação a efetuar até 31 de dezembro de 2020, no âmbito do Decreto-Lei nº 35/2013, de 28 de Fevereiro (Nota 3.3).

No ativo, na rubrica de "Outros ativos intangíveis", está registado o valor líquido relativo ao encargo suportado pela Empresa com a construção das infraestruturas elétricas públicas de ligação da instalação, a favor da EDP Distribuição de Energia, S.A. enquanto entidade concessionária, conforme resulta do DL nº 189/88 de 27 de Maio. Estas infraestruturas de ligação são indispensáveis à injeção da energia produzida pelo promotor na rede elétrica nacional, sendo o seu custo reconhecido ao longo da vida estimada do projeto: 20 anos desde o exercício de 2015. No final do período este valor ascende a 45.243 Euros.

7 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é detalhado conforme se segue:

EMPRENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

	2016	2015
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	14.282	14.749
Imposto diferido		
Diferenças temporárias de ativos por imposto diferido	(456)	(324)
	<u>13.826</u>	<u>14.424</u>

De acordo com a Q&A nº 13 da Comissão de Normalização Contabilística, publicada em 15 de Abril de 2013, a consideração de impostos diferidos sobre os subsídios sofreu alterações passando a ter o entendimento de que subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis não leva ao reconhecimento de imposto diferido dado que:

- O enquadramento fiscal dos ativos com os quais o subsídio se relaciona é igual ao enquadramento fiscal deste último;
- Para efeitos fiscais o subsídio é tributado no mesmo período em que o subsídio é reconhecido em rendimento, ou seja, no momento do reconhecimento inicial não há diferença temporária tributável;
- A tributação ocorrerá em períodos subsequentes aquando do reconhecimento das amortizações do ativo relacionado, isto é, no momento do reconhecimento inicial nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal são afetados.

No entanto, dado que o subsídio é tributável, deve ser reconhecido em capitais próprios pelo seu valor líquido de imposto.

A reconciliação entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

Taxa efetiva de imposto	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes de impostos	63.045	64.180	-	-
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,00%	22,50%	-	-
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	13.870	14.441	22,00%	22,50%
Diferenças temporárias tributáveis	2.028	1.441	0,71%	0,51%
Diferenças não temporárias tributáveis	173	-	0,1%	-
Diferenças não temporárias dedutíveis	(328)	(72)	(0,11%)	(0,03%)
Lucro tributável	64.919	65.549	-	-
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,00%	22,50%	-	-
Imposto calculado	14.282	14.748	22,65%	22,98%
Efeito do aumento/reversão de impostos diferidos	(456)	(324)	(0,72%)	(0,51%)
Imposto sobre o rendimento/taxa efetiva	<u>13.826</u>	<u>14.424</u>	<u>21,93%</u>	<u>22,47%</u>

O pagamento de dividendos aos acionistas não tem quaisquer consequências no imposto sobre o rendimento constante das demonstrações financeiras, nem a nível de taxas aplicáveis nem a nível de reembolsos de impostos já pagos.

O pagamento subsequente de dividendos aos acionistas não altera a quantia de imposto de rendimento calculada sobre o rendimento do exercício.

O imposto sobre o rendimento contabilizado no exercício findo a 31 de dezembro de 2016 encontra-se ajustado pela contabilização dos impostos diferidos:

EMPRENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Decomposição das diferenças temporárias que originam Ativos e Passivos por impostos diferidos por tipo de diferenças à data do Balanço	Contas do balanço		Contas de demonstração dos resultados	
	2016	2015	2016	2015
Diferenças temporárias que originaram Ativos por impostos diferidos				
1. Gastos de desmantelamento	16.899	14.870	2.028	1.441
TOTAL I	16.899	14.870	2.028	1.441
Diferenças temporárias que originaram Passivos por impostos diferidos				
1. Subsídios ao investimento	-	-	-	-
TOTAL II	-	-	-	-
Valores refletidos nas Demonstrações Financeiras				
Ativos por impostos diferidos (Total I x taxa(s))	3.802	3.346	n.a.	n.a.
Passivo por impostos diferidos (Total II x taxa(s))	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Imposto diferido do exercício (Total I e II x taxas(s))	n.a.	n.a.	456	324

8 ATIVOS FINANCEIROS**Categorias de ativos financeiros**

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são detalhadas conforme se seguem:

Disponibilidades

	2016		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Depósitos bancários	79.365	-	79.365
	79.365	-	79.365
	79.365	-	79.365
	2015		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Depósitos bancários	108.491	-	108.491
	108.491	-	108.491
	108.491	-	108.491

Cientes e outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

EMPRENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

	2016		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Outros créditos a receber			
Proveitos não faturados	9.140	-	9.140
	9.140	-	9.140
	9.140	-	9.140

	2015		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Outros créditos a receber			
Proveitos não faturados	13.181	-	13.181
	13.181	-	13.181
	13.181	-	13.181

9 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 as rubricas do ativo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2016	2015
Seguros	858	853
Conservação e manutenção de equipamentos	1.575	-
	2.433	853

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

10 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, apresenta o valor de 5.000 Euros.

A 31 de dezembro de 2016, o detalhe do capital apresentava-se da seguinte forma:

Nome	%	Montante
Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A.	80,00%	4.000
Município de Boticas	3,33%	167
Município de Chaves	3,33%	167
Município de Montalegre	3,33%	167
Município de Ribeira de Pena	3,33%	167
Município de Valpaços	3,33%	167
Município de Vila Pouca de Aguiar	3,33%	167
	100,00%	5.000

Reserva legal

EMPRENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2016 a reserva legal ascendia a 2.500 Euros.

Outros instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Empresa dispunha ainda dos seguintes instrumentos de capital:

	2016	2015
Prestações suplementares	150.000	150.000
	150.000	150.000

Esta rubrica inclui prestações suplementares efetuadas pelo acionista Finerge, na sequência de deliberação em Assembleia Geral. De acordo com o Regime das Prestações Suplementares, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso, o total do Capital Próprio não ficar inferior à soma do Capital Social e da Reserva Legal (art.º 32 do CSC).

Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos sócios, a Empresa em 31 de dezembro de 2016 dispunha de 73.764 Euros para distribuir.

Outras variações nos capitais próprios – subsídios ao investimento

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis líquidos de impostos diferidos que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a Empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial esta conta é reduzida pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, isto é amortizações e depreciações e/ou (ii) compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

A 31 de dezembro de 2016 a rubrica de subsídios ao investimento apresentava o montante de 72.969 Euros.

EMPRENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

11 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A Empresa constituiu uma provisão para fazer face aos gastos a incorrer na reposição dos locais utilizados pela empresa, nas condições iniciais de utilização.

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é detalhada conforme se segue:

	2016		
	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Gastos com o desmantelamento de equipamento básico - valor reconhecido	19.476	-	19.476
Gastos com o desmantelamento de equipamento básico - atualização financeira	4.524	724	5.248
	<u>23.999</u>	<u>724</u>	<u>24.723</u>

	2015		
	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Gastos com o desmantelamento de equipamento básico - valor reconhecido	19.476	-	19.476
Gastos com o desmantelamento de equipamento básico - atualização financeira	4.387	137	4.524
	<u>23.862</u>	<u>137</u>	<u>23.999</u>

Relativamente aos gastos relacionados com o desmantelamento dos equipamentos dos parques eólicos, registados em equipamento básico, a Empresa reconheceu no exercício, gastos de atualização financeira no montante de 724 Euros.

12 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015, as rubricas de "Fornecedores" e de "Outros passivos financeiros" apresentavam a seguinte composição:

	2016	2015
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	19.077	17.050
Fornecedores, faturas em receção e conferência	-	3.051
	<u>19.077</u>	<u>20.101</u>

13 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

EMPRENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

	2016	2015
Fornecedores de Investimento	-	1.506
Credores por acréscimos de custo:		
Outros acréscimos de gastos	-	2.879
Credores diversos		
Outros credores partes relacionadas (Nota 21)	14.282	14.749
Outros credores diversos - não corrente	21.185	24.244
	<u>35.467</u>	<u>43.378</u>

De acordo com o novo entendimento da Comissão de Normalização Contabilística, relativamente à contabilização dos subsídios ao investimento (Nota 7), não há lugar ao reconhecimento do imposto diferido passivo associado aos ativos fixos tangíveis depreciáveis. No entanto, dado que o subsídio é tributável, deve ser reconhecido em Capitais Próprios pelo seu valor líquido de imposto. Para este efeito, foi efetuado o reconhecimento em passivo não corrente – outros credores diversos, o valor de 21.185 Euros.

14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o valor acrescentado	-	2 084	-	5 314
Impostos Municipal sobre imóveis	-	300	3 240	-
	<u>-</u>	<u>2 384</u>	<u>3 240</u>	<u>5 314</u>

15 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa a 31 de dezembro de 2016 e a 31 de dezembro de 2015 é detalhado conforme se segue:

	2016	2015
Vendas de Eletricidade	137.736	134.801
	<u>137.736</u>	<u>134.801</u>

Os rendimentos relacionados com a atividade operacional da Empresa são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento. A faturação relativa à venda de energia eólica é efetuada mensalmente, com base em contagens reais da energia fornecida à EDP – Serviço Universal, S.A.

16 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é detalhada conforme se segue:

EMPRENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

	2016	2015
Fees de gestão - grupo (Nota 21)	6.887	6.740
Assessoria financeira	2.020	2.879
Manutenção integral	18.727	18.148
Rendas de terrenos e edifícios	2.193	2.185
Seguros	1.025	1.682
Outros FSE	2.969	2.816
	<u>33.821</u>	<u>34.450</u>

De acordo com a nota 3.3, a totalidade das despesas incorridas com a manutenção dos aerogeradores passou a ser registrada integralmente como gasto do exercício.

17 DEPRECIAÇÕES / AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 é conforme se segue:

	2016	2015
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento básico	39.545	39.277
Ativos intangíveis		
Outros ativos intangíveis	6.541	6.541
	<u>46.086</u>	<u>45.818</u>

De acordo com a nota 3.3, no exercício de 2015, foi efetuada uma redução da vida útil de 25 anos para 20 anos.

18 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 é conforme se segue:

	2016	2015
Outros rendimentos		
Correções de exercícios anteriores	-	8
Imputação de subsídios para investimento	13.597	13.597
Excesso da estimativa para impostos	328	72
	<u>13.924</u>	<u>13.677</u>

19 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos" no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é conforme se segue:

EMPRENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

	2016	2015
Outros gastos		
Impostos	3.908	186
Benefício ao município	3.443	3.370
Outras penalidades	173	-
	<u>7.524</u>	<u>3.556</u>

Nos termos do n.º 33 do anexo II do Decreto-Lei 189/88, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 339-C/2001, as empresas que exploram centrais eólicas, devem aos municípios, em cuja área estejam implantadas, uma renda correspondente a 2,5% da energia elétrica produzida.

20 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamentos reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são detalhados conforme se segue:

	2016	2015
Juros suportados		
Outros encargos financeiros	460	337
	<u>460</u>	<u>337</u>

A rubrica de Outros Encargos Financeiros inclui o valor de 214 Euros referente à atualização financeira do montante inicialmente reconhecido no âmbito do DL 35/2013.

21 PARTES RELACIONADAS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2016	
	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos
Outras partes relacionadas:		
Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A.	6 887	-
Município de Montalegre	-	3 443
	<u>6 887</u>	<u>3 443</u>

	2015	
	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos
Outras partes relacionadas:		
Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A.	6 740	-
Município de Montalegre	-	3 370
	<u>6 740</u>	<u>3 370</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

EMPRENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

	2016	
	Fornecedores	Outras Dívidas a Pagar
Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A.	(562)	(14 282)
Município de Montalegre	(746)	
	<u>(1 308)</u>	<u>(14 282)</u>
	2015	
	Fornecedores	Outras Dívidas a Pagar
Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A.	(811)	(14 749)
Município de Montalegre	(982)	-
	<u>(1 793)</u>	<u>(14 749)</u>

A rubrica "Outras dívidas a pagar" com a Finerge – Gestão de Projectos Energéticos, S.A., no montante de 14.282 Euros está relacionado com o imposto a pagar no âmbito do regime de tributação dos grupos de sociedades.

22 SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Em 2004 foi atribuído à Empresa um incentivo financeiro não reembolsável no montante de 264.000 Euros, no âmbito do Sistema de Incentivos à Utilização Racional de Energia, regulamentado pela Portaria n.º 383/2002 de 10 de Abril. Este subsídio ao investimento encontra-se registado no Capital Próprio, líquido de impacto fiscal, sendo reconhecido na demonstração de resultados como proveito, durante a vida útil dos ativos subsidiados.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor do subsídio ao investimento registado no Capital Próprio ascende a 72.969 Euros.

23 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

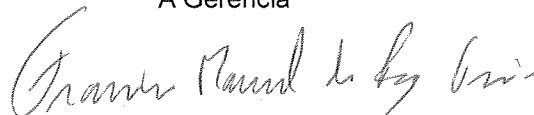
As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão a 3 de Março de 2017 pela Gerência, não tendo existido qualquer acontecimento que as afete até à data, nem existem a possibilidade de se alterarem as demonstrações financeiras após a mesma.

Contabilista Certificado




Sérgio Abreu n.º 64.683

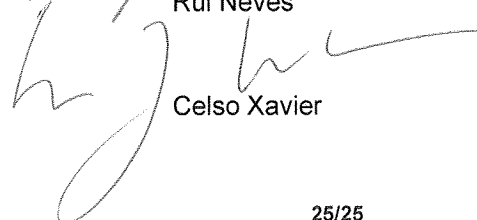
A Gerência



Francisco Tunico



Rui Neves



Celso Xavier